

Governo mantém disposição de defender o presidencialismo

08 SET 1987

JORNAL DO BRASIL

AUC

p 3

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, reiterou ontem a disposição dos setores da Constituinte que apóiam o governo de defender a emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), caso o relator Bernardo Cabral mantenha no seu substitutivo o parlamentarismo puro, de modelo alemão, em que "o presidente da República é uma mera figura decorativa".

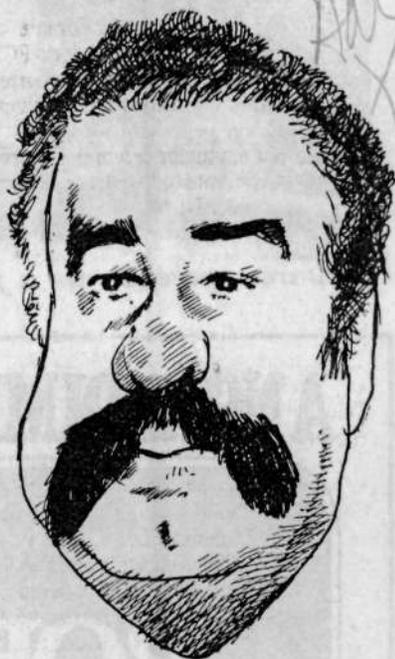
"No processo parlamentar, até o início da votação, há margens para a negociação", disse o deputado, ressaltando, contudo, que o texto parlamentarista de Cabral torna o entendimento mais difícil, em virtude de sua "radicalização". E alertou: "O processo de negociação vai depender muito do segundo substitutivo". Sant'Anna afirmou que o texto adotado por Cabral já era matéria vencida no trabalho das comissões, quando se definia um sistema de governo próximo ao que ele próprio defende, um "presidencialismo parlamentar".

Posição — "A proposta de um sistema de governo presidencialista com amplo fortalecimento do Congresso apresentada à Constituinte pelo deputado Theodoro Mendes reflete a posição do governo e do presidente José Sarney",

confirmou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, logo após o desfile militar e um pouco antes de uma nova rodada de negociações sobre o tema com o presidente do PMDB, Câmara e Constituinte, Ulysses Guimarães.

Transformado em interlocutor dos constituintes nas discussões sobre o sistema de governo, Costa Couto levou ao presidente José Sarney no último sábado a proposta de adoção gradual do parlamentarismo e seis anos de mandato, apresentada pelo grupo "Hércules" do senador José Richa, mas fez questão de assegurar que o governo continua firme na defesa do presidencialismo e cinco anos de mandato e que, por isso, a proposta de Theodoro Mendes é a que melhor traduz a vontade do Executivo.

O chefe do Gabinete Civil acrescentou que o presidente está "satisfeito" com as negociações que vêm sendo feitas nos últimos dias entre o Governo e a Constituinte, especialmente pelo fato de serem os próprios deputados e senadores a apresentarem alternativas de negociações. Disse ainda disse que, nas avaliações do governo, os presidencialistas já formam maioria tanto na Comissão de Sistematização quanto no plenário Constituinte. Não quis, contudo, fazer previ-



Theodoro Mendes

sões dos números de votos contabilizados pró-presidencialismo.

Comissão examina emenda por emenda

O fato de José Sarney ser o presidente da República e ter "mandato conhecido" (de cinco anos, segundo ele próprio, ou de seis anos, de acordo com a atual Constituição) tem que ser considerado caso a Constituinte decida adotar o parlamentarismo. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, antes de uma reunião de mais de três horas com o relator do projeto da nova Carta, Bernardo Cabral, fôda a cúpula do PMDB e integrantes do

PFL, num retiro de padres salesianos, a 20 quilômetros do Congresso Nacional.

A rigor, a única decisão do grupo foi a mudança do "esconderijo". Até agora, a Grande Comissão, encarregada de elaborar com Bernardo Cabral o projeto da Constituição, vinha se reunindo no 24º andar do prédio do Banco do Brasil. A partir desta semana, eles decidiram se encontrar no Instituto Israel Pinheiro, dos salesianos, para discutir centenas de emendas apresentadas e rever todo o texto.

Ontem, numa sala com vista para o Lago Sul, e diante de um prato de maçãs e docinhos de chocolate com abacaxi — sobra de um casamento realizado no dia anterior no retiro — o grupo examinou uma por uma as emendas e, segundo Ulysses, não tocou no assunto do sistema de Governo. "Eu disse que precisávamos decidir entre parlamentarismo ou presidencialismo e isto é muito importante, mas não falei que tinha que ser hoje (ontem)", justificou o presidente da Constituinte.

Waldir recusa gradualismo e 6 anos

SALVADOR — O governador da Bahia, Waldir Pires, não concorda com a tese da implantação gradual do parlamentarismo, com mandato de seis anos para o presidente José Sarney, lembrando, como argumento, que experiência semelhante não deu certo, em 1961. Waldir Pires não acredita que o presidente da República a ser eleito governe de acordo com as regras estabelecidas no sistema parlamentarista.

"O novo presidente da República tem que estar comprometido com o novo sistema de governo", ressaltou, ao defen-

der cinco anos de mandato para Sarney e a adoção do parlamentarismo clássico. "O gradualismo não é interessante porque o presidencialismo no Brasil teve um século de instabilidade, não formou instituições políticas. Há no presidencialismo uma tendência de as ligações pessoais e políticas se sobreporem às instituições legais", argumentou o governador.

Brizola — O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, acha que no regime parlamentarista o presidente "é uma rainha da Inglaterra, destituído de poderes" e por isso vai continuar

defendendo o presidencialismo na campanha das eleições diretas em 1988, mesmo que esta determinação provoque divisões no palanque. Isto já aconteceu nos comícios de Caruaru, Recife e Maceió. Segundo o ex-deputado Lamartine Távora, da executiva do PDT pernambucano e um dos integrantes do comitê de campanha de Brizola para presidente, o ex-governador "acredita que cada partido deve defender seus pontos de vista e o dele é de que não se pode enganar o povo defendendo diretas para presidente e o parlamentarismo, ao mesmo tempo".